



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

Comissão Executiva do Vestibular
Seleção Pública para Orientador de Célula e Supervisor de Núcleo
da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - **STDS**

LOCAL DE PROVA

RG

SUPERVISOR DE
NÚCLEO

1ª FASE: PROVA OBJETIVA
16 de março de 2008

DURAÇÃO: 04 HORAS

INÍCIO: 09h 00min

TÉRMINO: 13h 00min

ASSINATURA DO CANDIDATO

Leia com atenção todas as instruções abaixo.

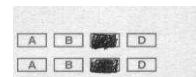
O tempo utilizado para esta leitura está incluído no tempo de duração da prova.

01. Para fazer sua prova, você está recebendo um caderno, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas de 01 a 50.
02. Cada questão apresenta um enunciado seguido de 4 (quatro) alternativas, das quais somente uma é a correta.
03. Com ênfase na **SEGURANÇA** para o candidato e em virtude de razões logísticas e operacionais o caderno de prova deve ser, necessariamente, assinado no local indicado.
04. Examine se o caderno de prova está completo ou se há falhas ou imperfeições gráficas que causem qualquer dúvida. Se for o caso, informe, imediatamente, ao fiscal para que este comunique ao Coordenador. A CEV poderá não aceitar reclamações após 30 minutos do início da prova.
05. Decorrido o tempo determinado pela CEV, será distribuído o cartão-resposta, o qual será o único documento válido para a correção da prova.
06. Ao receber o cartão-resposta, verifique se o seu nome e número de inscrição estão corretos. **Reclame imediatamente**, se houver discrepância.
07. Assine o cartão-resposta no espaço reservado no cabeçalho.
08. Não amasse nem dobre o cartão-resposta para que o mesmo não seja rejeitado pela leitora óptica, pois não haverá substituição do cartão-resposta.
09. Marque suas respostas pintando completamente o quadradinho correspondente à alternativa de sua opção. Assim:
10. Será anulada a resposta que contiver emenda, rasura, a que apresentar mais de uma alternativa assinalada por questão, ou ainda, aquela que, devido à marcação, não consiga ser identificada pela leitora, uma vez que a correção da prova se dá por meio eletrônico.
11. É vedado o uso de qualquer material, além da caneta de tinta azul ou preta, para marcação das respostas.
12. Qualquer forma de comunicação entre candidatos implicará a sua eliminação.
13. Não será permitido ao candidato, durante a realização da prova, portar: armas; aparelhos eletrônicos de qualquer natureza; bolsas; livros, jornais ou impressos em geral; bonés, chapéus, lenço de cabelo, bandanas ou outros objetos que impeçam a visualização completa das orelhas.
14. É vedado o uso de telefone celular ou de qualquer outro meio de comunicação. O candidato que for flagrado fazendo uso do aparelho celular, durante o período de realização da prova será, sumariamente, eliminado da Seleção.
15. O candidato, ao sair da sala, deverá entregar, definitivamente, seu **cartão-resposta preenchido e o caderno de prova**, devidamente assinados, devendo, ainda, assinar a folha de presença.
16. É proibido copiar suas respostas em papel, em qualquer outro material, na sua roupa ou em qualquer parte de seu corpo. No entanto, sua grade de respostas estará disponível na página da CEV/UECE (www.uece.br), a partir das 15 horas do dia 17 de março de 2008. O gabarito e as questões desta prova estarão disponíveis na página da CEV (www.uece.br), a partir das 14 horas do dia 16 de março de 2008.
17. O candidato poderá interpor recurso administrativo contra o gabarito oficial preliminar, a formulação ou o conteúdo de questão da prova. O prazo para interposição de recursos finda às 17 horas do dia 18 de março de 2008.
18. Os recursos serão dirigidos ao Presidente da CEV/UECE e entregues no Protocolo Geral da UECE, no Campus do Itaperi, Av. Paranjana, 1700, no horário das 08 às 12 horas e das 13 às 17 horas.

PROVA OBJETIVA:

Este Caderno de Prova deve conter 50 (cinquenta) questões, numeradas de 01 a 50, todas com 04 (quatro) alternativas. Verifique se o caderno está completo ou se há imperfeições. Nestes casos, informe, imediatamente, ao fiscal.

Marque seu cartão-resposta pintando completamente o quadrinho correspondente à sua resposta, conforme o modelo:



PROVA PARA SUPERVISOR DE NÚCLEO

01. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança
- A) aquele que tenha idade compreendida entre um e doze anos completos.
 - B) aquele que se situa na faixa etária assistida por creche.
 - C) a pessoa até doze anos de idade incompletos.
 - D) também a pessoa com doze anos completos.
02. O adolescente é definido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como a pessoa que
- A) já tenha completado doze anos de idade.
 - B) tenha entre doze e dezoito anos de idade.
 - C) tenha menos de dezoito anos de idade.
 - D) tenha idade inferior a vinte e um anos.
03. Em relação aos direitos do adolescente é correto afirmar que
- A) assim como a criança, ele goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.
 - B) igualmente à criança, ele tem tanto o seu direito de opinião e expressão quanto o de crença e culto religioso condicionados à escolha, definição e anuência de seus pais ou responsável.
 - C) não lhe foram assegurados direitos civis, sociais ou qualquer forma de participação da vida política.
 - D) o direito à convivência familiar só lhe é plenamente assegurado quando os pais podem garantir as condições materiais adequadas.
04. A proteção reconhecida como devida a todas as crianças e adolescentes é denominada
- A) proteção estatal.
 - B) proteção integral.
 - C) proteção condicional.
 - D) proteção excepcional.
05. A legislação vigente define como deveres dos pais, entre outros, o de
- A) comunicar ao Conselho Tutelar as faltas injustificadas de seu filho à escola.
 - B) proibir que o filho menor de dezoito anos participe de organizações estudantis.
 - C) encaminhar o filho maior de quatorze anos para atividades laborais, evitando, assim, que fique ocioso.
 - D) assistir, criar e sustentar os filhos menores.
06. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma violação a algum direito de crianças e de adolescentes.
- A) Constranger o adolescente abrigado em entidade, como recurso para manter a disciplina interna e o bom funcionamento administrativo.
 - B) Submeter criança ou adolescente que se encontre sob sua guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento.
 - C) Matricular e obrigar a criança ou o adolescente a frequentar escola.
 - D) Como forma de sanção disciplinar, proibir crianças ou adolescentes abrigados de receber visitas ou decretar a suspensão de lanches ou de outra refeição.
07. Comunicam-se ao Conselho Tutelar da respectiva localidade
- A) exclusivamente os casos confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes.
 - B) os casos de suspeita de maus-tratos, somente quando as vítimas forem menores de doze anos.
 - C) os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes.
 - D) os casos de suspeita de maus-tratos, exclusivamente quando sua possível ocorrência houver sido no ambiente doméstico.

08. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito da criança e do adolescente à educação engloba outros direitos, entre eles, os de:
- A) freqüentar escola próxima de sua casa, dependendo da existência de vaga; definir as propostas educacionais; contestar critérios avaliativos.
 - B) se portador de deficiência, receber atendimento especializado, preferencialmente na rede de escolas especiais; definir as propostas educacionais; ter acesso à escola pública e gratuita.
 - C) ser promovido para a série seguinte, independentemente de apresentar ou não rendimento escolar suficiente; ser respeitado por seus educadores; participar da definição das propostas educacionais.
 - D) ser respeitado por seus educadores; participar de entidades estudantis; ter assegurada igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
09. Ainda no que tange ao direito à educação, é possível afirmar, em relação ao adolescente que se encontra quer em regime de internação quer em regime de semiliberdade, que
- A) a ele deve, obrigatoriamente, ser propiciada escolarização.
 - B) à direção da entidade, dentro das possibilidades, cabe garantir-lhe escolarização.
 - C) ele perde temporariamente o direito à escolarização.
 - D) cabe ao juiz determinar que lhe seja garantido o direito à escolarização.
10. Ao tratar do direito à profissionalização e à proteção no trabalho, o Estatuto da Criança e do Adolescente prescreve:
- A) o adolescente portador de deficiência deve ser protegido, logo, o trabalho lhe é vetado.
 - B) a proibição de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
 - C) é permitido o trabalho às crianças, somente na condição de aprendiz e desde que seja em empresa familiar.
 - D) o trabalho noturno só é permitido quando realizado por entidade de assistência governamental.
11. Quando se trata de adolescente assistido em entidade governamental, o Estatuto da Criança e do Adolescente
- A) permite o trabalho insalubre, desde que se adotem as medidas de prevenção e de proteção definidas em lei e que o mesmo tenha o acompanhamento de profissionais da entidade que o assiste.
 - B) não proíbe o trabalho noturno ao adolescente, desde que lhe seja assegurado tempo suficiente de repouso no dia imediato ao trabalhado.
 - C) deixa a critério da entidade a avaliação quanto ao grau de perigo e as condições de insalubridade a que o adolescente ficará submetido.
 - D) assim como faz em relação a qualquer adolescente, veda o trabalho noturno, perigoso, insalubre, penoso ou que seja realizado em horários e locais que lhe impeçam a freqüência à escola.
12. Na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente ficou assegurado a toda criança e a todo adolescente o direito de ser criado no seio de sua família. Só excepcionalmente eles serão colocados em família substituta. Assinale a alternativa que contém as formas legais de colocação de criança e de adolescente em uma família substituta.
- A) Guarda, adoção extrajudicial ou adoção à brasileira.
 - B) Guarda, tutela ou adoção.
 - C) Tutela, guarda ou perda de pátrio poder.
 - D) Adoção, filiação legal ou acolhimento.
13. Assinale a alternativa em que todas as ocorrências devem, obrigatoriamente, ser notificadas pelos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental ao Conselho Tutelar.
- A) Maus-tratos que envolvam seus alunos; elevados índices de repetência; evasão escolar.
 - B) Evasão escolar; desrespeito às normas administrativas; destruição do patrimônio escolar, quando sua autoria recair sobre adolescentes.
 - C) Faltas injustificadas; maus-tratos, quando praticados por alunos contra professores e funcionários; prática de atos infracionais cujos autores sejam maiores de dezesseis anos.
 - D) Evasão escolar; alunos sem fardamento escolar; casos de repetência.

14. À entidade que desenvolva um programa de abrigo, entre outras exigências, fazem-se as de:
- A) desmembrar grupos de irmãos, quando em grande número; transferir para unidades de internação adolescentes que cometam infrações graves; evitar, sempre que possível, a participação da comunidade no processo educativo.
 - B) preparar crianças e adolescentes para o desligamento; buscar a imediata integração de crianças e de adolescentes em família substituta, evitando a longa permanência em instituições daqueles que tiverem família natural; restringir ao mínimo necessário o envolvimento dos abrigados com pessoas da comunidade.
 - C) preservar os vínculos familiares; prestar atendimento personalizado e em pequenos grupos; garantir a participação de crianças e adolescentes na vida da comunidade local.
 - D) prestar atendimento personalizado, cuidando, no entanto, para que o abrigo possa ter um maior número possível de crianças e adolescentes; evitar transferência de abrigados para outras entidades; desenvolver todas as atividades educativas no espaço da entidade.
15. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, recorre-se às medidas de proteção às crianças e aos adolescentes quando os direitos nele reconhecidos ficam ameaçados ou são violados. Assinale a alternativa que apresenta somente medidas de proteção elencadas no artigo 101.
- A) Suspensão do pátrio poder em razão da carência ou falta de condições materiais dos pais; colocação em entidade de semiliberdade; inclusão em programa de liberdade assistida.
 - B) Encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; inclusão em programa oficial ou comunitário de tratamento de alcoólatras e de toxicômanos; abrigo em entidade.
 - C) Internação provisória da criança ou do adolescente; assistência judiciária gratuita à criança, ao adolescente e a toda a família; defesa técnica do adolescente.
 - D) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; privação temporária de liberdade do adolescente; regularização do registro de nascimento da criança.
16. Assinale a alternativa que contém somente medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente aplicáveis aos pais ou responsável.
- A) Advertência; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; perda da guarda; suspensão ou destituição do pátrio poder; destituição da tutela.
 - B) Advertência; obrigação de prestar serviços à comunidade; reparação de danos materiais; suspensão ou destituição de pátrio poder; prorrogação da tutela.
 - C) Encaminhamento a tratamento para toxicômanos; inserção em regime de liberdade vigiada; prestação de serviços à comunidade; destituição sumária de pátrio poder; processo penal.
 - D) Suspensão de direitos individuais; destituição da tutela; obrigação de reparar o dano; inserção em programa oficial de assistência; inserção em regime de liberdade condicional.
17. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que a autoridade judiciária, como medida de cautela, possa decretar o afastamento de pais ou responsável da moradia. Assinale a alternativa que contém as circunstâncias em que esse afastamento pode ser decretado.
- A) Quando eles deixam de prestar assistência material à criança e ao adolescente.
 - B) Quando ambos os pais ou o responsável fazem uso de bebida alcoólica, ainda que não maltratem ou agredam fisicamente a criança ou o adolescente.
 - C) Exclusivamente quando a denúncia de maus-tratos é feita por um dos pais e este provoca o Ministério Público requerendo tal medida.
 - D) Nos casos de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos por eles à criança ou ao adolescente.

18. O reordenamento dos programas de Acolhimento Institucional defendido no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária exige, entre outras, as seguintes ações:
- A) articulação desses programas com as demais políticas sociais; esforço na direção da imediata colocação da criança e do adolescente em programas de adoção, evitando sua longa permanência no espaço institucional; criação de unidades que acolham somente crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, tendo em vista que para esse público faz-se necessária adequação do espaço físico às normas de acessibilidade.
 - B) qualificação dos profissionais que trabalham nesses programas; desenvolvimento ou incorporação de metodologias para o trabalho com famílias; adequação do espaço físico e do número de crianças e de adolescentes atendidos em cada unidade, de modo que se possa assegurar atendimento individualizado e em pequenos grupos.
 - C) esforço na direção da imediata colocação da criança e do adolescente em programas de adoção, evitando sua longa permanência no espaço institucional; adequação do espaço físico e do número de crianças e de adolescentes atendidos em cada unidade, de modo que se possa assegurar atendimento individualizado e em pequenos grupos; estabelecimento de critérios rígidos para retorno da criança e do adolescente às famílias das quais foram retiradas, evitando, sempre que possível, sua entrega a pessoas que não sejam seus pais biológicos, ainda que se trate de um membro da família.
 - D) desenvolvimento ou incorporação de metodologias para o trabalho com famílias; qualificação das pessoas que lidam diretamente com a criança e o adolescente; concessão de incentivos às entidades de abrigo para que possam garantir uma mais longa permanência da criança e do adolescente no seu espaço.
19. O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária expressa a posição que adota na direção de garantir efetivamente a toda criança e a todo adolescente esse direito específico (convivência familiar e comunitária). Assinale a alternativa que reflete corretamente essa posição.
- A) Observância do caráter excepcional e provisório que deve ter o afastamento da criança e do adolescente de seu ambiente familiar; defesa intransigente da prevalência dos laços biológicos sobre os laços afetivos; reconhecimento da adoção como alternativa primordial e sempre utilizável quando a reintegração da criança e do adolescente ao ambiente familiar revelar-se difícil e demandar tempo; estabelecimento de comunicação permanente entre os serviços de acolhimento e a Justiça da Infância e da Juventude.
 - B) Defesa intransigente da prevalência dos laços biológicos sobre os laços afetivos; reconhecimento da adoção como medida de caráter excepcional e recurso só utilizável após esgotarem-se todas as possibilidades de reintegração da criança e do adolescente à família de origem; restrição da entrega de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar a pessoas que não sejam seus pais biológicos, ainda que se trate de um membro da família; massivo investimento em unidades e programas de atendimento em regime de abrigo, evitando, assim, a colocação de crianças e de adolescentes em programas de adoção.
 - C) Defesa de políticas preventivas capazes de proporcionar a permanência de crianças e adolescentes em suas famílias de origem; observância do caráter excepcional e provisório que deve ter o afastamento da criança e do adolescente de seu ambiente familiar; esforço efetivo e imediato de reintegração familiar da criança e do adolescente afastados desse convívio; reconhecimento da adoção como medida de caráter excepcional e recurso só utilizável após esgotarem-se todas as possibilidades de reintegração da criança e do adolescente à família de origem.
 - D) Mobilização da opinião pública para adesão e apoio massivos a campanhas de adoção de crianças e adolescentes afastados de seu convívio familiar; redução e eliminação de obstáculos e de algumas exigências legais, então feitas, para a adoção de crianças e de adolescentes institucionalizados; reconhecimento da adoção como alternativa mais viável para a superlotação das unidades de abrigo; inclusão em cadastro de adoção de crianças e de adolescentes institucionalizados que tenham sido afastados de seu ambiente familiar em razão de abuso ou violência sexual por parte de seus pais.

20. A Constituição Federal de 1988 definiu como entes responsáveis pelo asseguramento integral dos direitos de crianças e adolescentes:
- A) os pais, a escola e a comunidade.
 - B) a família, o Poder Público e as entidades de assistência social.
 - C) a família, o Poder Judiciário e os conselhos tutelares.
 - D) a família, a sociedade e o Estado.
21. No tocante à inimputabilidade penal é correto afirmar que
- A) sendo penalmente inimputáveis, os adolescentes não podem sofrer quaisquer tipos de medidas legais.
 - B) a Constituição Federal define como penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, isentando-os por completo de responsabilidades sobre seus atos.
 - C) menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, sendo sujeitos às normas da legislação especial em vigor.
 - D) tendo em vista a relativa incapacidade de discernir o caráter criminoso de seus atos, o adolescente é reconhecido como inimputável, não podendo, pois, ser responsabilizado legalmente.
22. Assinale a alternativa que traduz corretamente no que se configura o ato infracional.
- A) Qualquer ato que o Juiz da Infância e da Juventude julgue lesivo à sociedade.
 - B) Conduta que esteja definida como um crime ou uma contravenção penal.
 - C) É assim denominada a contravenção penal praticada pela criança.
 - D) É uma categoria específica de crimes de menor potencial ofensivo.
23. Assinale a alternativa que contém, somente, medidas socioeducativas.
- A) Inclusão em programa de assistência à família; advertência; prisão cautelar; internação provisória.
 - B) Apreensão; internação provisória; obrigação de reparar o dano; advertência.
 - C) Advertência; abrigo compulsório em entidade; liberdade assistida; semiliberdade.
 - D) Prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; semiliberdade; internação.
24. Assinale a alternativa cujo texto **CONTRARIA** o que preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A) Quando internado (privado de liberdade), o adolescente tem direito de receber visitas, ao menos semanalmente.
 - B) Em caso de haver outra medida socioeducativa adequada, não deverá ser aplicada a de internação.
 - C) A internação provisória não comporta prazo, pois não se pode prever o tempo necessário para conclusão do processo legal.
 - D) É direito do adolescente internado (privado de liberdade) ter acesso aos meios de comunicação de massa.
25. O adolescente só poderá ser privado de sua liberdade quando
- A) a autoridade policial tiver indícios suficientes de que houve prática de um crime.
 - B) B) for flagrado cometendo ato infracional ou por determinação escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.
 - C) houver comprovação da materialidade do ato delituoso e prova testemunhal, mesmo sem que ocorra o flagrante.
 - D) a autoridade policial decidir pela busca e apreensão do mesmo.
26. Assinale a alternativa que expressa os princípios que norteiam a medida socioeducativa de internação.
- A) Direito à igualdade processual; garantia de defesa técnica; transitoriedade.
 - B) Brevidade; compulsoriedade; condição para inserção em meio aberto.
 - C) Respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; transitoriedade; exclusão da responsabilidade ou da culpa.
 - D) Excepcionalidade; brevidade; respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
27. A medida socioeducativa que pode ser aplicada ao adolescente como forma de transição para o meio aberto denomina-se
- A) liberdade condicional.
 - B) semiliberdade.
 - C) liberdade assistida.
 - D) medida progressiva de internação.

28. Em regime de semiliberdade, diz o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- A) não se faz necessária autorização judicial para que o adolescente realize atividades externas.
 - B) a escolarização e a profissionalização devem ser realizadas dentro da instituição, pois não se pode permitir que o adolescente em semiliberdade permaneça por longo período fora da unidade.
 - C) o adolescente deverá ser acompanhado por pessoa capacitada da comunidade, que deverá supervisionar sua frequência e aproveitamento escolar.
 - D) só serão colocados adolescentes que tenham cumprido pelo menos dois anos de internação.
29. Assinale a alternativa na qual se encontram expressas somente garantias processuais que devem ser asseguradas ao adolescente.
- A) O completo e formal conhecimento do que se está lhe atribuindo; direito de confrontar-se com vítimas e testemunhas; direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer etapa do procedimento.
 - B) Assistência judiciária gratuita; direito de confrontar-se somente com testemunhas; direito de negar-se a responder a processo legal quando se sentir injustiçado.
 - C) Defesa técnica por advogado; direito de peticionar ao juiz no sentido de que ele aplique a medida socioeducativa em meio aberto; direito de negar-se a responder a processo legal quando não conseguir levantar provas que lhe sejam favoráveis.
 - D) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer etapa do procedimento; direito de conhecer pelo menos o que lhe está sendo atribuído, sem que, no entanto, possa confrontar-se com vítimas nem com testemunhas; direito de não cumprir medida socioeducativa decretada pelo juiz, quando entender que as provas contra si não são suficientes para provar sua responsabilidade pelo ato infracional.
30. A medida socioeducativa cujo período não deve exceder a seis meses é a de
- A) semiliberdade.
 - B) advertência.
 - C) reparação de dano.
 - D) prestação de serviços à comunidade.
31. Recai sobre o Conselho Tutelar a responsabilidade da adoção de medidas em relação à criança que seja autora de ato infracional. Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de medidas aplicáveis à criança em tal condição.
- A) Medidas de proteção.
 - B) Medidas restaurativas.
 - C) Medidas socioeducativas não restritivas de liberdade.
 - D) Exclusivamente a colocação em entidade de abrigo.
32. Com base na Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, assinale a alternativa em que se vê configurada uma expressão de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- A) Somente quando a ação praticada contra a mulher por seu companheiro lhe causar morte ou lesão grave que lhe impossibilite definitivamente o exercício autônomo de suas atividades diárias como se deu com a farmacêutica Maria da Penha.
 - B) Tanto na ação quanto na omissão pautadas no gênero, circunscritas ao espaço doméstico ou, em casos excepcionais, às relações de trabalho, que, necessariamente, ocasionem morte, lesão de natureza grave.
 - C) Em toda ação ou omissão pautada no gênero, ocorrida quer no âmbito da unidade doméstica, quer no da família ou em relação íntima de afeto na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a vítima sem que se torne necessária a coabitação, e que provoque morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, dano moral ou patrimonial.
 - D) Tão-somente quando a ação ou a omissão resultar em morte ou lesão e houver sido praticada por familiar do sexo masculino no interior da residência da vítima, com impedimento ou redução da capacidade de reação da mesma. Ou quando a ação ou omissão for praticada em espaço público de forma a provocar danos morais ou psicológicos à vítima.

33. Foram legalmente categorizadas as seguintes formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:
- A) violência física, abuso de autoridade, violência moral, violência materializada, atentado violento contra a honra.
 - B) violência física, violência psicológica, violência sexual, violência moral, violência patrimonial.
 - C) violência atentatória ao pudor, violência de gênero, assédio moral, abuso de autoridade masculina, violência verbal.
 - D) violência física, violência moral, violência intencional, tentativa de ato violento, violência por ameaça.
34. São atitudes classificadas como prática de violência psicológica:
- A) manipulação; humilhação; constrangimento; ridicularização; vigilância constante.
 - B) ameaça de morte; agressão moral; agressão verbal; limitação do exercício do direito reprodutivo; atentado violento ao pudor.
 - C) ameaça de agressão; ameaça de morte; retenção de documentos; constrangimento; insulto.
 - D) manipulação; ofensa à integridade física; constrangimento à prática de relação sexual mediante coação e ameaça; perseguição; chantagem.
35. Encontram-se entre as garantias legais à mulher vítima de violência:
- A) o direito a aborto, independentemente de comprovação de ocorrência de violência sexual, desde que observado o tempo de gestação; a manutenção do vínculo empregatício, no caso da mesma ser funcionária pública, por todo o tempo que dure a situação de violência.
 - B) o acesso a serviços médicos e psicológicos quando se fizer necessária intervenção médica para interrupção de gravidez; o afastamento do local de trabalho por tempo indeterminado quando for servidora pública.
 - C) o acesso aos serviços de contracepção de emergência e a outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual; a manutenção do vínculo trabalhista por um prazo de até seis meses, caso se faça necessário seu afastamento do local de trabalho.
 - D) a permanência de seus filhos em abrigo público por um prazo máximo de dois anos; a possibilidade de impedir definitivamente o companheiro agressor de visitar seus filhos.
36. As casas-abrigos destinadas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar deverão
- A) abrigar as mulheres e decidir o lugar adequado para encaminhar os filhos dessas.
 - B) acolher as mulheres e seus dependentes do sexo feminino.
 - C) abrigar exclusivamente mulheres que não tenham dependentes.
 - D) abrigar as mulheres e seus respectivos dependentes menores.
37. Assinale a alternativa que traz um conteúdo que **FERE** o que está preceituado no Estatuto do Idoso em relação às entidades de atendimento ao idoso.
- A) As entidades de atendimento são obrigadas a ofertar acomodações apropriadas para que os idosos recebam suas visitas.
 - B) Quando se tratar de entidade governamental, suas ações não são passíveis de fiscalização.
 - C) A entidade deve cuidar para que os idosos tenham preservados seus vínculos familiares.
 - D) É dever da entidade promover atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer.
38. Assinale a alternativa em cujo texto encontrem-se, somente, princípios constantes no Estatuto do Idoso, que devam ser observados pelas entidades de atendimento que desenvolvem programas de institucionalização de longa permanência.
- A) Garantia de assistência médico-odontológica; transferência, sempre que possível, do idoso de uma instituição para outra semelhante, a fim de que ele possa ter outras experiências; preservação dos vínculos familiares.
 - B) Restrição dos contatos familiares com o idoso recém admitido para evitar dificuldades de adaptação do mesmo à instituição; transferência do idoso sempre que ocorrerem problemas administrativos; oferta de um ambiente de respeito e dignidade.
 - C) Preservação da identidade do idoso; fixação de limites à participação do idoso nas atividades realizadas pela instituição como forma de protegê-lo; oferta de um ambiente que se assemelhe ao de origem do idoso.
 - D) Preservação dos vínculos familiares; não transferência do idoso da instituição, exceto por razões de força maior; garantia da participação do idoso nas atividades comunitárias de caráter interno e externo.

39. Assinale a alternativa cujo teor é **CONTRÁRIO** ao que preceitua o Estatuto do Idoso.
- A) A educação não se constitui um direito do idoso, tendo em vista que a prioridade na alocação de recursos para essa área específica é dada pelo Estado à criança e ao adolescente, pois estes são pessoas em desenvolvimento.
 - B) Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a um acompanhante.
 - C) Quando faltarem, aos familiares ou ao idoso, condições para prover seu próprio sustento, o Poder Público é obrigado a fazê-lo pela via da assistência social.
 - D) É obrigação da entidade de atendimento estabelecer com o idoso contrato escrito de prestação de serviço, especificando, entre outros pontos, o tipo de atendimento e as obrigações da entidade.
40. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, as cláusulas de um contrato
- A) terão, em sua interpretação, que ser mais favoráveis ao consumidor.
 - B) deverão ser respeitadas pelo consumidor, inclusive aquelas que configuram ilícitos, pois se presume que foram aceitas por ambas as partes.
 - C) que deverão ser cumpridas pelo consumidor são aquelas que lhe forem favoráveis e até o tempo que assim lhe parecer.
 - D) impõem regras que não devem transformar-se em objeto de litígio em tempo algum.
41. No Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, fica definido o serviço de alimentação como
- A) local onde se preparam alimentos para comercialização, mas não para consumo no mesmo espaço.
 - B) área destinada ao público que consome alimentos, processados ou não no mesmo estabelecimento.
 - C) estabelecimento onde o alimento é manipulado, preparado, armazenado e ou exposto à venda, podendo ou não ser consumido no local.
 - D) conjunto de procedimentos operacionais padronizados que definem a conduta dos profissionais que lidam com produtos alimentícios.
42. Tomemos como exemplos um restaurante e uma lanchonete. Suponhamos que o restaurante e a lanchonete sejam projetos desenvolvidos por órgãos governamentais. O restaurante popular fornece, a preços acessíveis, alimentação nutricionalmente balanceada e a lanchonete faz parte de um programa de iniciação e qualificação de adolescentes para o mercado de trabalho, sendo, nela, preparados e comercializados lanches. Esses espaços são freqüentados por um público variado. Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a alternativa que traz a assertiva correta.
- A) Considerando-se que a lanchonete funciona como um centro de treinamento, as pessoas ao consumirem alimentos lá produzidos deverão ter conhecimento de que, em caso de quaisquer problemas decorrentes do consumo de tais produtos, não poderão exigir qualquer reparação, pois não se estabelece entre a lanchonete e a pessoa que compra o lanche nenhuma prática comercial.
 - B) Tanto as pessoas que adquirem refeições no restaurante quanto as que compram alimentos na lanchonete classificam-se como consumidores. Do outro lado, como fornecedores, estão a lanchonete e o restaurante, que não são pessoa física privada, mas submetem-se às determinações legais contidas nesse instrumento jurídico.
 - C) Tendo em vista que o restaurante e a lanchonete não são empresas com fins lucrativos, nenhuma ocorrência relacionada a problemas com alimentos adquiridos por qualquer pessoa, nesses estabelecimentos, está sujeita à medida prescrita nesse código.
 - D) Só se verifica prática comercial na relação em que figure pessoa física privada como fornecedor. No caso da lanchonete e do restaurante não há como responsabilizar qualquer agente por crime havido na relação de consumo, pois o ente que ocuparia o lugar do fornecedor é um agente estatal.

43. No último evento realizado em um *buffet*, ao qual compareceram oitenta pessoas, foi servido um prato que foi feito com um ingrediente que, posteriormente ao uso, o fabricante mandou recolhê-lo do mercado, em razão de fortes suspeitas de contaminação durante seu fabrico. A substância pode provocar lesões neurológicas irreversíveis, mas que são minimizadas, quando adotadas providências em tempo hábil. Os donos do *buffet*, alegando tanto a preservação da imagem de sua empresa quanto o fato de não serem fabricante do produto, não estão querendo informar as pessoas do ocorrido e das medidas que terão que, imediatamente, adotar. Não comunicando o fato aos consumidores, os donos, segundo o Código de Defesa do Consumidor, estarão
- A) cometendo crime, pois têm obrigação de comunicar à autoridade competente e aos consumidores tanto a nocividade quanto a periculosidade de produtos que venham a ser conhecidas após sua colocação no mercado.
 - B) tão-somente exercitando o direito de proteger sua empresa, pois, de fato, eles apenas comercializaram um produto e, sobre ele, não lhes pesa qualquer responsabilidade ou dever de adotar medidas em relação a conseqüências advindas de seu uso.
 - C) desobrigados de cientificar os consumidores do problema, tendo em vista que a responsabilidade deles é apenas em relação à fabricação, à conservação e à comercialização do alimento.
 - D) obrigados a prestar informação somente se forem procurados por pessoas ou familiares de pessoas que tenham apresentado problemas neurológicos. E, só a partir daí, é que devem comunicar o fato a todos os que se encontravam no evento em que o prato com o ingrediente foi servido.
44. O Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação dita, entre outras exigências, a de que o responsável pelas atividades de manipulação de alimentos comprove ter sido submetido a curso de capacitação em que haja sido focado, pelo menos, o seguinte conteúdo:
- A) cuidados com armazenamento de alimentos perecíveis; maneiras adequadas de atendimento ao público; sistema operacional de manuseio e preparo de alimentos cozidos; métodos de higienização de equipamentos.
 - B) manipulação higiênica de alimentos; técnicas de atendimento ao público; controle de pragas urbanas; manejo de resíduos.
 - C) avaliação e seleção de fornecedores; manejo de resíduos; boas práticas; cuidados com armazenamento de alimentos preparados.
 - D) contaminantes alimentares; doenças transmitidas por alimentos; manipulação higiênica dos alimentos; boas práticas.
45. Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) são
- A) regras que norteiam as atividades dos manipuladores de alimento no que diz respeito, exclusivamente, aos padrões de conservação de produtos perecíveis e alimentos preparados. Devem ser registradas no Departamento de Vigilância Sanitária.
 - B) documentos em que estão escritas de forma objetiva as instruções seqüenciais para realização das operações e a freqüência de sua execução. Eles devem ser facilmente acessados aos funcionários envolvidos no serviço e conter a especificação de nome, cargo e ou função de cada um dos responsáveis pelas atividades.
 - C) regras que se estabelecem, em comum acordo, entre todos os envolvidos no serviço de alimentação, que visam a uma melhor qualidade dos produtos alimentícios. A qualquer momento, elas podem ser revistas, uma vez que cada serviço de alimentação é inteiramente livre para ditar quaisquer procedimentos em relação aos produtos que oferta ao consumidor.
 - D) documentos nos quais se encontram descritos: os passos para preparação de alimentos, os cardápios, o teor nutricional dos alimentos, a descrição minuciosa do componente de cada alimento preparado.
46. Assinale a alternativa que apresenta uma regra condizente com o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.
- A) Em serviços de alimentação, somente poderão ser empregados pratos, talheres e copos descartáveis na consumação de alimentos.
 - B) Apenas os que visitam os serviços de alimentação ficam isentos de cumprir rigorosamente os requisitos de higiene impostos aos manipuladores de alimentos.
 - C) O serviço de alimentação deverá disponibilizar uma área reservada para que se desenvolva a atividade de recebimento de dinheiro, cartão ou outros meios utilizados para pagamento de despesas.
 - D) Fazem-se aos manipuladores de alimentos, na realização de sua atividade, entre outras exigências, as de que tenham unhas curtas, sem base ou esmalte, cabelos presos e protegidos por touca, rede ou outro acessório apropriado que o equivalha. Fica permitido apenas o uso de maquiagem.

47. Assinale a alternativa na qual se apresentam apenas características e objetivos da política de assistência social.
- A) Natureza não contributiva; provisão de mínimos sociais como forma de garantia do atendimento às necessidades básicas; proteção à maternidade, à velhice; promoção da integração ao mercado de trabalho.
 - B) Concessão de aposentadoria ao trabalhador rural; atuação integrada às políticas setoriais; exigência de contribuições mínimas para previdência social; prestação de atendimento médico e social à população de baixa renda.
 - C) Exigência de contribuições apenas para aqueles que possam fazê-lo; amparo aos trabalhadores desempregados; proteção à família e à velhice; provisão de mínimos sociais.
 - D) Natureza filantrópica e, em geral, tem as ações desenvolvidas pelas primeiras damas; garantia de um salário mínimo a todas as pessoas maiores de cinquenta e cinco anos que comprovem haver contribuído para previdência por um período de seis meses; promoção da integração de pessoas portadoras de deficiências à vida comunitária; concessão de aposentadoria aos trabalhadores rurais.
48. Entre as alternativas abaixo, assinale a que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- A) Tem um caráter esporádico, daí por que o idoso que o recebe deve, sistematicamente, apresentar-se às autoridades competentes para comprovar a necessidade de sua manutenção e que não pode exercer atividades laborais remuneradas.
 - B) É um benefício destinado à cobertura dos gastos com tratamento de doenças que imponham uso contínuo de medicamento de elevado custo cuja supressão implique agravo ou risco de morte.
 - C) Prestação pecuniária garantida às pessoas portadoras de deficiência incapacitante para a vida independente e para o trabalho e que comprovem não possuir condições de manter a si próprias nem de serem mantidas por suas famílias.
 - D) Pensão paga aos trabalhadores rurais que não comprovem recolhimento de contribuição para a previdência social, embora possam provar tempo suficiente de trabalho para garantir-lhes aposentadoria.
49. Os Conselhos de Assistência no âmbito nacional, estadual, do Distrito Federal e municipal são assim descritos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):
- A) de natureza consultiva, tais instâncias produzem estudos e diagnósticos que norteiam as políticas e programas de assistência social de caráter supletivo. São compostos por organismos da esfera governamental, que perfazem a maioria, e de representantes da sociedade civil.
 - B) dotados de caráter permanente, esses órgãos deliberativos configuram o sistema descentralizado e participativo da assistência social, sendo constituídos paritariamente por organismos governamentais e entidades da sociedade civil.
 - C) organismos governamentais que normatizam, aprovam, planejam e fiscalizam todas as ações relativas à política de assistência social em suas respectivas esferas. Nesse sentido, administram os recursos do fundo de assistência social em cada nível de governo.
 - D) instâncias autônomas da sociedade civil, não jurisdicionais, encarregadas de zelar pelo cumprimento do que preceituam a Constituição Federal de 1988 e a Lei Orgânica da Assistência Social.
50. A Norma Operacional Básica (NOB), na qual se encontram colocadas regras de funcionamento do Sistema Único de Assistência Social, elenca instrumentos, equipamentos e serviços por meio dos quais a proteção social básica terá sua operacionalização efetivada. Assinale a alternativa em que se apresentam, exclusivamente, alguns instrumentos, equipamentos e serviços.
- A) Centros de Apoio Psicossocial; rede integrada de entidades governamentais e não-governamentais de atendimento a adolescentes em situação de conflito com a lei; conselhos de assistência social; conselhos de segurança.
 - B) Entidades de classe; Centros de Referência Especializados de Assistência Social; serviços e programas de combate à pobreza; benefícios especiais.
 - C) Benefícios esporádicos; Centros de Apoio Psicossocial; conselhos de segurança social; entidades de classe.
 - D) Benefícios de prestação continuada; benefícios eventuais; Centros de Referência de Assistência Social; rede de serviços socioeducativos voltados para grupos específicos.